ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS
PETIÇÃO N.º 32/XIV/1.ª

XIV LEGISLATURA
1.ª Sessão Legislativa

Dia: 16 de julho de 2020
Hora: 14.00
Sala: 7, com inclusão de videoconferência

Entidade: 1.º Peticionário da Petição n.º 32/XVI/1.ª (Liga dos Amigos do Douro Património Mundial).

Assunto: Pela completa requalificação e reabertura da Linha do Douro (Ermesinde-Barca de Alva) e subsequente ligação a Salamanca

Deputados presentes: Deputados Luís Leite Ramos (PSD), Relator Nuno Fazenda (PS) e Isabel Pires (BE).

Preocupações expressas: Os representantes dos peticionários começaram por evidenciar a pretensão de impulsionar e efetivar o renascimento, reconquista e sucesso da linha do Douro.

Após o Senhor Presidente António Marquez Filipe fazer uma breve referência à criação e importância histórica da linha do Douro, explicou os objetivos fundamentais da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, esclarecendo que a mesma tem por finalidade contribuir para a salvaguarda, preservação, valorização e projeção dos atributos de património mundial do alto Douro vinhateiro e contribuir para o desenvolvimento social, cultural e económico dos seus habitantes e das regiões vizinhas.

O Senhor Presidente António Marquez Filipe chamou a atenção para o facto de a menorização ou desaparecimento da linha do Douro constituir uma séria ameaça ao património mundial que a região do alto Douro vinhateiro constitui.

De seguida, foram enumerados os três maiores desafios que a região em causa atravessa, sendo elas: a crise demográfica, os baixos rendimentos e os impactos das alterações climáticas. A existência destes três desafios foi justificada do seguinte modo:

(i) Crise demográfica: o êxodo de jovens e o envelhecimento acelerado da população que permanece nos territórios tem vindo a causar uma crise demográfica na região do alto Douro vinhateiro, com consequente imprevisibilidade para o futuro;

(ii) Baixos rendimentos: a economia da vinha e do vinho não chega para sustentar a região nos termos em que esta se encontra. Em 2019, todo o negócio do vinho da região demarcada do Douro faturou 553 milhões de euros, valor manifestamente insuficiente quando comparado, nomeadamente, com a produção de champanhe que faturou 490 milhões de euros para uma área 25% mais pequena;

(iii) Alterações climáticas: a alteração estrutural da temperatura que se tem verificado nos últimos anos tem provocado quebras na produção e, consequentemente, no negócio de vinho desta região demarcada.

De seguida, a pretensão com a apresentação da petição ora em causa foi qualificada pelo Senhor Presidente António Marquez Filipe como sendo uma causa nacional. A seu ver, esta causa repercute-se na coesão nacional do país. Afirmou ainda que uma linha do Douro devidamente reabilitada será seguramente um fator multiplicador do desenvolvimento da região, não só pela potenciação dos negócios de transporte de mercadorias, como também pelo desenvolvimento do turismo.

Foi ainda referido pelo Senhor António Marquez Filipe que, não obstante a região nunca poder ser um destino de massas, a margem de progressão é muito significativa. Tal deve-se, nas suas palavras, ao facto de a reabilitação da linha ferroviária do Douro poder chamar a si o título de linha condutora de quatro destinos classificados como património mundial pela Unesco: Porto, Alto Douro, Vale do Côa e Salamanca.

Foi ainda referido que o posicionamento geográfico confere à região do Alto Douro uma posição estratégica. Nomeadamente, enquanto ligação estratégica entre o porto de Leixões e a plataforma logística Castilha e León, reduzindo o congestionamento entre o segmento Porto-Aveiro e surgindo como uma alternativa sustentável ao transporte rodoviário.

Antes de ser dada a palavra aos Senhores Deputados presentes, fez o Senhor António Marquez Filipe uma breve alusão ao facto de o valor do investimento previsto no programa nacional de investimento (abreviadamente "PNI") para a ferrovia ser diminuto. Mais assinalou a necessidade de o valor para o referido investimento ser financiado, pelo menos em 50%, por fundos europeus.

Por último, o Senhor António Marquez Filipe chamou a atenção para a necessidade de sensibilizar as autoridades espanholas para o desenvolvimento da linha do Alto Douro.

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Ramos (PSD) que, após cumprimentar os representantes dos peticionários, começou por referir que o GP PSD acompanha as reivindicações apresentadas.

Pelo Senhor Deputado Luís Ramos (PSD) foi dito ser necessário aprofundar alguns dos estudos já existentes sobre a requalificação da linha do Alto Douro, revelando ter especial preocupação sobre os escassos avanços na formação de conclusões sobre a viabilidade técnica e económica da linha, em especial, do troço Barca de Alva - Salamanca. Assinalou ainda a relevância de incluir este tema na cimeira ibérica que decorrerá em outubro de 2020.

Por último, questionou os peticionários sobre quais consideravam ser os maiores obstáculos ao avanço do projeto e quais as formas de o resolver.

De seguida, no uso da palavra que lhe foi dada, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) cumprimentou os representantes dos peticionários, dando conta da posição assumida pelo GP BE, defendendo um plano nacional ferroviário que inclua a linha do Douro e referindo que estes planos ferroviários têm de ter uma visão nacional de forma a fomentar a coesão territorial.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) assinalou que a requalificação e reabertura da linha do Alto Douro tem de ser colocada em prática, manifestando não haver justificação para o atraso no seu desenvolvimento.

O Senhor Deputado relator Nuno Fazenda (PS), após cumprimentar os representantes dos peticionários, felicitou a iniciativa, a qual considerou ser bastante pertinente, saudando-os pelos seguintes motivos:

(i) Capacidade de iniciativa e mobilização para a causa de personalidades de âmbito local, regional, empresarial e cidadãos;

(ii) Forte sustentação da petição ao nível dos argumentos;

(iii) Finalidade da petição, evidenciando que a região do Douro se encontra aquém do seu potencial, sendo necessária a resolução de questões estruturais, pelo que a requalificação da linha do Alto Douro constitui uma oportunidade de abertura do território a um maior desenvolvimento da região.

O Senhor Deputado Nuno Fazenda (PS) questionou os representantes dos peticionários sobre se tinha sido possível ouvir entidades espanholas e qual a sensibilidade das mesmas em relação à pretensão de requalificação da linha. Questionou ainda sobre se o troço Pocinho - Barca de Alva e o troço do lado espanhol exigiam obras de elevada complexidade e se a requalificação da linha do Douro, na sua plenitude, permitiria assegurar, no futuro, a ligação de passageiros entre Porto e Salamanca.

Tornaram a usar da palavra os representantes dos peticionários, na pessoa do Prof. Eng.º Luís Braga da Cruz, para agradecer o apoio evidenciado pelos Senhores Deputados presentes acerca das pretensões apresentadas.

Uma vez mais foi referido o agravamento da diminuição demográfica no interior e, em especial, nas zonas de fronteira.

Foi esclarecido que, dos 105 km entre o Pocinho e La Fuente de San Esteban, 28 km fazem parte do território português, estando a linha em plataforma horizontal, pelo que, nesse troço, será apenas necessário colocar carris, sendo o custo de investimento mínimo. Por outro lado, foi ainda esclarecido que, entre a quota 135 e o planalto castelhano, a linha tem 77 km, sendo necessário recuperar túneis e pontes nesse troço. Considerando que a parte da linha que se situa em Espanha tem uma forte inclinação, o Prof. Eng.º Luís Braga da Cruz afirmou que a reabilitação da linha do lado português é mais fácil quando comparada com a do lado espanhol.

Ainda no uso da palavra, o Prof. Eng.º Luís Braga da Cruz recordou que a desativação da linha entre Barca de Alva e La Fuente de San Esteban foi iniciada por parte de Espanha, tendo sido a desativação entre Pocinho e Barca de Alva posterior.

Em resposta às questões suscitadas pelos Senhores Deputados, o Prof. Eng.º Luís Braga da Cruz referiu que o atraso na requalificação e reabertura da linha do Douro terá de ser dirimido a três níveis, sendo eles os seguintes:

(i) Nível local – a questão está já a ser discutida, na medida em que a Associação de Munícipes Ribeirinhos já se pronunciou sobre o assunto, considerando existir interesse e vantagem em haver maior densificação do território social e económico desta faixa fronteiriça;

(ii) Nível regional - necessidade de haver gestão dos programas transfronteiriços;

(iii) Nível nacional - inexistência de continuidade do debate deste assunto em cimeiras ibéricas e necessidade de ser Portugal a impulsionar as comunicações com Espanha sobre a requalificação e ativação da linha.

Assinalou-se ainda que os principais obstáculos à requalificação e reabertura da linha do Douro são de natureza política, sendo necessário despertar consciências no sentido de este plano ser inscrito nos propósitos de dar uma maior estrutura económica e social aos territórios fronteiriços.

Seguidamente, tomou a palavra o Eng.º Alberto Aroso que, após agradecer a audição, esclareceu que o nível de investimento que for feito na linha do Douro definirá o grau de intervenção necessário na mesma.

Referiu o Eng.º Alberto Aroso que a linha que se situa em território português necessitará de uma requalificação cujo valor poderá oscilar entre os 200 e os 260 milhões de euros. Explicou ainda que não bastará requalificar o troço Pocinho – Barca de Alva, sendo necessário adequar a sinalização ao longo da linha, definir o número de comboios que passarão na mesma e a definir as estações que terão de ser criadas ou reforçadas para que o tráfego ferroviário seja possível.

Quanto ao troço português Pocinho – Barca de Alva, o Eng.º Alberto Aroso informou que o plano de investimento da linha, sem eletrificação, implicaria o custo de 25 milhões de euros, mas que, numa lógica internacional, com eletrificação e implementação de novos sistemas de sinalização, o custo ascenderia a 200 a 260 milhões de euros.

Mais se assinalou que a requalificação e reabertura da linha do Douro criaria a possibilidade de se estabelecer a ligação entre Porto e Salamanca em, aproximadamente, 04h15 e entre Porto e Madrid em cerca de 06h00, abrindo, assim, uma panóplia de oportunidades turísticas para a região.

Por fim, no que concerne ao transporte de mercadorias, foi ainda referido que a requalificação da linha do Douro abre portas ao seu desenvolvimento, sendo os investimentos necessários a fazer em tudo idênticos aos que foram feitos para a requalificação da linha da Beira Baixa, no troço entre a Covilhã e a Guarda.

Finalmente, o Senhor Deputado relator agradeceu aos peticionários, informando-os da tramitação subsequente da petição.

Os representantes dos peticionários agradeceram a audição, tendo o Senhor Deputado relator encerrado a mesma.

Palácio de São Bento, em 28 de julho de 2020

A Assessora da Comissão

(Rita Nobre)